

FATO JURÍDICO, DIREITO DE AUTOR E DIREITOS CONEXOS NO MEIO ELETRÔNICO

Carga horária: 45h – 3 créditos

Eletiva da Linha 1

Ementa:

1. Introdução 1.1. Apresentação da disciplina e seus objetivos. 1.2. Metodologia de ensino e plano de ensino. 1.3 Distribuição dos temas para seminários. 1.4 Orientação sobre a forma participativa nas aulas e sobre os seminários. 1.5 Apresentação da forma de avaliação final da disciplina. Sociedade da informação, direito eletrônico e Internet e as relações de direito privado. Conceito, conteúdo e impacto da sociedade da informação no direito civil brasileiro. A Internet no direito civil brasileiro.

2. Efeitos do direito eletrônico nos direitos da personalidade. A Capacidade jurídica em meio virtual eletrônico. Conceito jurídico de domicílio e residência em meio virtual eletrônico. O direito ao nome e ao pseudônimo em meio virtual eletrônico. A imagem, a privacidade e intimidade em meio virtual eletrônico.

3. Fatos jurídicos. Introdução. Conceito. Classificação: fatos jurídicos naturais (ordinários e extraordinários) e fatos jurídicos humanos (voluntários: lícitos e ilícitos; involuntários: atos ilícitos por culpa). Atos jurídicos *stricto sensu*. Classificação dos Atos jurídicos *stricto sensu* (atos materiais e participações). Negócios Jurídicos. Elementos essenciais. Autonomia privada. 3.1. Fato jurídico em meio virtual eletrônico. Efeitos jurídicos dos fatos naturais surgidos em meio eletrônico. Efeitos e tratamento jurídico dos atos e negócios jurídicos manifestados por meio eletrônico. A representação e os atos e negócios jurídicos celebrados com máquinas eletrônicas e sites. 3.2. Validade do ato e do negócio jurídico celebrado na forma virtual eletrônica. Tratamento jurídico do documento eletrônico. Tratamento Jurídico do ato e do negócio jurídico no Brasil. 3.3. Instrumentalização dos atos e negócios jurídicos em meio eletrônico e os registros públicos. Instrumentação digital de negócio jurídico cuja validade requer a pública forma. Cartórios digitais e a escritura pública digital.

4. Introdução: os Direitos de Autor. Visão histórico-evolutiva e comparada. Terminologia (direitos de autor x direitos autorais). Titularidade (originária e derivada), características e extensão da tutela. A titularidade da pessoa jurídica e a polêmica acerca de seu reconhecimento como titular originária. Sociedade da Informação. Os Direitos de Autor na Sociedade da Informação.

5. Os Direitos Conexos e sua dimensão criativa. Tratamento doutrinário e constitucional. Titularidade, características e extensão da tutela. Os Direitos Conexos na Sociedade da Informação.

6. Aspectos históricos da proteção à criação intelectual: do texto impresso à era digital. O impacto da criação das novas tecnologias no conhecimento. O Estatuto da Rainha Ana e o direito de cópia. Difusão do Conhecimento e Aproveitamento Econômico da Obra. Análise Dogmática dos Direitos Autorais. o Direito de Autor e os Direitos Conexos na Constituição Federal de 1988 e na Lei 9.610/1998. Proteção constitucional do autor – visão geral. Polêmicas a respeito da obra coletiva no texto constitucional. Lei 9.610/1998 – tramitação, características gerais e comparação com a Lei 5.988/1973.

7. Classificação das Obras no Direito de Autor. Obra singular; obra coletiva; obra em coautoria; obra feita sob encomenda; obra originária; obra derivada; obra anônima; obra pseudônima; obra psicografada; obra criada em decorrência de contrato de prestação de serviços; obra criada em decorrência de contrato de trabalho.

8. A proteção ao autor e aos direitos conexos no âmbito internacional. Os principais tratados e convenções que regulam a questão. A Convenção de Berna de 1886. Revisões da Convenção de Berna: Convenção de Paris (1886); Berlim (1908); Roma (1928); Bruxelas (1948); Roma (1961); Estocolmo (1967); Genebra (1971) e Paris (1971). Convenções interamericanas: Montevideu (1889 e 1939); Cidade do México (1902); Rio de Janeiro (1906); Buenos Aires (1910); Caracas (1911); Havana (1928) e Washington (1946).

9. Sociedade da Informação e sistemas de proteção do direito do Autor no espaço virtual. A sociedade da Informação e o espaço virtual. A diluição da autoria no espaço virtual. Obra coletiva no espaço virtual. O espaço virtual e a questão da proteção autoral nos contratos de trabalho e de prestação de serviços. Proteção com base nas regras de concorrência. Proteção pela propriedade industrial: patente de invenção.

10. Entretenimento e proteção à criação intelectual. Aspectos patrimoniais e extrapatrimoniais. O entretenimento sob a perspectiva do mercado. Valor econômico da obra e direito de inédito do autor. O direito ao lazer e à informação na sociedade da informação. O efeito-substituição e as novas tecnologias. Lazer e informação como bens de consumo.

11. Acesso ao conhecimento: a exclusão digital e a circulação da informação. Inclusão digital e educação comunitária. Implantação de redes de computadores no ensino público. Violações aos direitos conexos e aos direitos de autor oriundos das novas tecnologias. A utilização não autorizada de textos e imagens e a proteção dos direitos da personalidade.

12. Antinomia entre os direitos patrimoniais do autor e a liberdade de circulação da informação. O limite entre a proteção ao autor e a interferência estatal no âmbito da liberdade de pensamento.

13. Direitos morais de autor e o creative commons: uma solução para o acesso ao conhecimento? Creative Commons – origem, efetivação e perspectivas.

14. Políticas Públicas de Proteção à Criação Intelectual, novos caminhos. A extinção do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) e seu impacto na proteção ao autor e ao intérprete. A função do Ministério da Cultura na proteção à criação intelectual. A formulação de um novo direito intelectual sui generis. Políticas públicas de patentes farmacêuticas. Patentes de produtos de origem biológica. Preços na indústria farmacêutica: abusos e salvaguardas em propriedade industrial. Licenças compulsórias e legislação brasileira sobre patentes. Política de patentes e direito de concorrência. Exaustão internacional de patentes e questões afins. Patentes e medicamentos genéricos no Brasil.

15. Ato ilícito e responsabilidade civil por danos causados em ambiente eletrônico. Ato ilícito em meio virtual eletrônico. 15.1. Tratamento jurídico da responsabilidade civil contratual e extracontratual decorrente do ato ou negócio jurídico em meio eletrônico. Quantificação dos danos materiais e morais decorrentes de dano produzido em meio eletrônico. 15.2. Meios de pagamento e quitação por meio eletrônico. Os meios de pagamento eletrônico. Validade e prova da quitação por meio eletrônico. 15.3. Contrato eletrônico. Conceito e validade. Instrumentação do contrato eletrônico. Contratos informáticos. 15.4. Contratos bancários em meio eletrônico. Validade dos contratos bancários eletrônicos. 15.5. Riscos e responsabilidade civil decorrente do contrato bancário eletrônico. 16. Apresentação escrita de artigo científico.

Bibliografia:

ARANHA, José Alberto Sampaio. Interfaces: a chave para compreender as pessoas e suas relações em um ambiente de inovação. São Paulo: Saraiva, 2009.

ASCENSÃO, José de Oliveira. O Fair Use no Direito Autoral. Revista Forense. v. 365, p. 73-83. BERTRAND, André. A proteção jurídica dos programas de computador. Porto Alegre: Lael, 1996. BITTAR, Carlos Alberto. Direito de Autor. 6. ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Código de Processo Civil por Eduardo Carlos Bianca Bittar. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BITTAR, Carlos Alberto. Os Direitos da Personalidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. BLUM, Renato Opice. Manual de Direito Eletrônico e Internet. São Paulo: Lex Editora, 2006. CORREIA, Atalá.

CAPUCHO, Fábio Jun (Coordenadores). Direitos da Personalidade: a contribuição de Silmara J. A. Chinellato. São Paulo: Editora Manole, 2019.

DE MASI, Domenico (organizador). A sociedade pós-industrial. São Paulo: Senac, 1999. GANDELMAN, Henrique. De Gutenberg à Internet: Direitos Autorais na Era Digital. 5. ed. São Paulo: Record, 2007. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução: Carlos Irineu da COSTA. Rio de Janeiro: 34, 1993.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: 34, 2000. MASUDA, Yoneji. A Sociedade da Informação como Sociedade Pós-industrial. Rio de Janeiro: Rio, 1980. MORAES, Rodrigo (Coordenador). Estudos de Direito Autoral em homenagem a José Carlos Costa Netto. Salvador: EDUFBA, 2017.

PINHEIRO, Patricia Peck. Direito Digital. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. LÉVY, Pierre. A inteligência Coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1999. LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed.34, 2000.

LIMBERGER, Têmis. Et al. Estado, Cidadania e novas tecnologias: o comércio eletrônico e as alterações do Código de Defesa do Consumidor. Revista de Direito do Consumidor. vol. 85. p.61. São Paulo: Ed RT, jan. – fev. 2013.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet. 2.^a edição. Porto Alegre: Sulina, 2011. LISBOA, Roberto Senise. A Obra de Folclore e sua Proteção. Estudos de Direito de Autor, Direitos da Personalidade, Direito do Consumidor e Danos Morais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 52-75, 2002.

COMPLEMENTAR

ABRAHÃO, João. O valor probatório das reproduções mecânicas. Revista de Processo, n. 20.

AULOY, Jean Calais; ASCENSÃO, José de Oliveira. Direitos de autor e conexos inerentes à colocação de mensagens em rede informática à disposição do público. Estudos sobre Direito da Internet e da Sociedade da Informação. Coimbra: Almedina, 2001. p. 105-120.

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito intelectual exclusivo e liberdade. Revista da ABPI n° 59, São Paulo: jul/ago 2002, p. 40-49.

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito da sociedade da informação. Separata da Revista da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Coimbra, 2003, p. 43-68, v. IV.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral dos contratos típicos e atípicos. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. BESSONE, Darcy. Do contrato: teoria geral. 4. ed. São Paulo: Saraiva 1997. BORRUSO, Renato. La legge, il giudice, il computer. Milano: Giuffrè Editore, 1997.

BURKE, Peter. Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. CABRAL, Plínio. Direito autoral: dúvidas e controvérsias. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2000. CARBONI, Guilherme C. O Direito de Autor na Multimídia. São Paulo: Quartier Latin, 2003.

CARBONIER, Jean. Droit civil, t. 4 Les obligations. 21. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 19. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CERINA, Paolo. Il problema della legge applicabile e della giurisdizione. In: I problemi giuridici di internet. Milano: Giuffrè, S.p.A., 1999. CHAVES, Antônio. Criador da Obra Intelectual. São Paulo: LTR, 1998.

CHAVES, Antônio. Direitos Autorais na Computação de Dados – Software, Circuitos integrados, Videogames, Embalagem criativa, Duração dos direitos conexos, São Paulo: LTR Editora, 1996.

COELHO, Fábio Ulhoa. O contrato eletrônico: conceito e prova. São Paulo: Jornal Tribuna do Direito, fevereiro de 2000.

CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e Menezes. Da boa-fé no direito civil. Coimbra: Livraria Almedina, 1997.

COSTA NETTO, José Carlos. Direito Autoral no Brasil. São Paulo: FTD, 1998.

DAVARA RODRIGUEZ, M. A. Manual de derecho informático. Pamplona: Aranzadi, 1997. DE MATTIA, Fábio Maria. Direito de Autor Constitucional. Repertório IOB de Jurisprudência 3, n. 15. São Paulo: IOB, p. 264-262, 1ª quinzena - ago. 1989.

DINIZ, Davi Monteiro. Documentos eletrônicos e assinaturas digitais. São Paulo, LTR, 1999. FARIA, José Eduardo. Direito e globalização econômica. São Paulo: Malheiros, 2010. FÉRAL-SCHUHL, Christiane. Cyber droit. Paris: Dalloz, 2000.

FROOMKIN, A. Michael. The essential role of trusted third parties in electronic commerce, <http://www.law.miami.edu/~froomkin/articles/trusted1.htm#xtocid72310>, visitado em 15 de dezembro de 2000.

GARCÍA, Ernesto Rengifo. Comercio electrónico, documento electrónico y seguridad jurídica: nuevos retos del derecho comercial. Medellín: Biblioteca Jurídica Diké, 2000.

GHESTIN, Jacques. Traité de droit civil: la formation du contrat. 3. ed. Paris: LGDJ, 1993. GLANZ, Semy. Internet e contrato eletrônico. São Paulo: RT 757/70.

GUEIROS JÚNIOR, Nehemias. O Direito Autoral no Show Business: tudo o que você precisa saber – A Música, 2. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000, v. 1.

GUINCHARD, Serge. Harichaux Michèle e Toudonnet, Renaud. Internet pour de droit. Paris: Montchrestien, E.J.A., 1999.

IPPOLITO, Carlo Sarzana di S.; IPPOLITO, Fulvio Sarzana di Ippolito. Profili giuridici del commercio via internet. Milano: Giuffrè, S.p. A., Milano, 1999.

JARACH, Giorgio. Manuale del Diritto D'Autore. Milão: Mursia, 1991.

JAVIER, Ribas Alejandro. Aspectos jurídicos del comercio electrónico en internet. Pamplona: Editorial Aranzi, AS, 1999.

LEIRIA Luis Portela Cristina et al. Enciclopédia da rede. São Paulo: Edipro, 1998.

LORENZETTI, Ricardo Luis. Fundamentos do direito privado. Trad. de Vera Maria Jacob de Fradera. São Paulo: RT, 1998.

LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto, LIMA, Cintia Rosa Pereira de (Coords.). Direito & internet III – Marco Civil da Internet. Tomo I e II. São Paulo. Quartet Latin, 2015. LUCCA, Newton de. Títulos e contratos eletrônicos: o advento da informática e seu impacto no mundo jurídico. In: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coords.). Direito & internet – aspectos jurídicos relevantes. Bauru: EDIPRO, 2008.

MANSO, Eduardo Vieira. O Direito Autoral de Âmbito Constitucional. Doutrina: Série sobre Direito Autoral. Brasília: Ministério da Cultura, 1989, p. 37-63.

MANSO, Eduardo Vieira. A informática e os direitos intelectuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Direito e informática: uma abordagem jurídica sobre a criptografia. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MORATO, Antonio Carlos. Do Direito de Autor em Obra Coletiva. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORATO, Antonio Carlos; SALLES, Fernanda Mazzafera. O Direito de Autor na Obra Musical. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. n. 12. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 123-146, jul/dez 2003.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013. PEREIRA, Alexandre Libório Dias. Comércio eletrônico na sociedade de informação: da segurança técnica à confiança jurídica. Coimbra: Livraria Almedina, 2005. PICOLLI, Paolo; Zanolini, Giovanna. Il documento elettronico e la 'firma digitale'. In: I problemi giuridici di internet. Milano: Giuffré, 1999.

QUEIROZ, Regis Magalhães Soares de. Assinatura digital e o tabelião virtual. In: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coords.). Direito & internet – aspectos jurídicos relevantes. Bauru: EDIPRO, p. 371-415, 2008.

REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. Responsabilidade por publicações na Internet. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ROCHA, Manoel Lopes; MACEDO, Mário. Direito no ciberespaço. Lisboa: Edições Cosmos, 1996. RODRIGUES, M. A. Dávora. Manual de derecho informático. Pamplona: Aranzadi, 1997.

SCHMITT, Marco Antonio. Contratações à distância. A diretiva 97/7 da Comunidade Européia e o Código brasileiro de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista de Direito do Consumidor 25/79. SCHOUERI, Luís Eduardo (Coord.). Internet. O direito na era virtual, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA JUNIOR, Ronaldo Lemos da e WAISBERG, Ivo (Coords.). Comércio Eletrônico. RT, 2001. STEINMERTZ, Frank. Droit de la consommation. 4. ed. Paris: Dalloz, 1996.

TOSI, Emilio. La conclusione di contratti 'on line'. In: I problemi giuridici di internet. Milano: Giuffré, S.p.A., 1999.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Eficácia probatória dos contratos celebrados pela Internet. In: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coords.). Direito & internet – aspectos jurídicos relevantes. Bauru: EDIPRO, p. 273-281, 2008.

_____. Aspectos jurídicos da contratação informática e telemática. São Paulo: Saraiva, 2003. VARELA, João de Matos Antunes. Das obrigações em geral. Coimbra: Livraria Almedina, 1998, v. I. VIRILIO, Paul. A bomba informática. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1999.

VISSCHER, Fernande de. Précis de droit d' auteur et des droits voisins. Bruxelles: Bruylant, 2000.

YARSHELL, Flávio Luiz; MATEUCCI, Carlos Roberto F.; CAMARGO PINTO, Luis Otávio. Eficácia probatória do documento eletrônico. São Paulo: Repertório IOB de Jurisprudência, 1ª quinzena de novembro de 1999, n. 21/99, Caderno 3.